

Feminicídio cometido durante medida protetiva poderá ter pena agravada

O Código Penal poderá ser alterado para aumentar, de um terço à metade, o tempo da pena de prisão aplicável ao feminicídio, se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha (11.340 de 2006). O agravamento é previsto no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 8/2016, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

[\(Agência Senado, 28/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Pelo projeto, o aumento de pena poderá ocorrer ainda quando o delito for praticado contra pessoa com doença degenerativa, que resulte em condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental. A punição também será agravada se o crime decorrer na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima.

De autoria do deputado Lincoln Portela (PRB-MG), o projeto foi aprovado pela Câmara em março, na forma de um substitutivo. No Senado, a única comissão que analisará a matéria é a CCJ, onde a matéria aguarda indicação de relator. Depois do parecer do colegiado, o projeto irá a Plenário. Se aprovado, seguirá para a sanção presidencial.

Crime hediondo

A pena de reclusão para o feminicídio pode variar de 12 a 30 anos, sem contar as condições agravantes. Ele entrou para o Código Penal como uma qualificação do crime de homicídio, no rol dos crimes hediondos. Isso ocorreu a partir da Lei 13.104/2015, derivada de um projeto da Comissão Mista da Violência contra a Mulher.

De modo específico, a recente lei considera feminicídio o crime praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: quando envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. Foi uma resposta ao clamor por punição mais rigorosa para a violência extrema e ainda comum contra as mulheres.

Atualmente, no caso de feminicídio, já existe agravante se o crime for cometido contra vítima menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência. A pena também é agravada quando o crime ocorrer durante a fase de gestação ou nos três meses posteriores ao parto; e na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Medidas protetivas

As medidas protetivas, cujo descumprimento poderá provocar o aumento de pena previsto no projeto, são determinadas pela Justiça para garantir a segurança das mulheres, constatada a violência doméstica.

Desde a denúncia do crime, os juízes podem determinar de imediato aos agressores, a suspensão da posse ou restrição do porte de armas e o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida. Além disso, podem proibir que o agressor se aproxime da vítima ou tenha contato com ela e familiares, por qualquer meio de comunicação.

Defensoria recomenda fim de BO para mulheres vítimas de violência em SP

Defensoria afirma que mulheres devem ter acesso a abrigos sem BO. Prefeitura de SP tem 60 dias para responder.

(G1, 21/09/2016 - acesse no site de origem)

A Defensoria Pública de São Paulo recomendou nesta terça-feira (20) à Prefeitura de São Paulo que mulheres vítimas de violência doméstica não precisem registrar boletim de ocorrência para serem acolhidas em casas-abrigo, casas de acolhida ou casas de passagem.

O acolhimento de mulheres é provisório, como forma de medida emergencial de proteção, elas podem estar ou não acompanhadas de filhos. Na capital, para que as vítimas sejam abrigadas, é necessário boletim de ocorrência.

As defensoras públicas Ana Rita Prata e Yasmin Mercadante Pestana, coordenadoras do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria, afirmam que muitas mulheres não desejam investigação e, que em alguns casos, não há como esperar atendimento policial.

No documento encaminhado à Prefeitura, as Defensorias recomendam que a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social deixem de exigir boletins de ocorrência para que mulheres vítimas de violência doméstica tenham acesso aos abrigos.

A Defensoria pediu resposta com prazo de até 60 dias indicando um posicionamento.

Estupro: 30% das vítimas não buscam hospitais

Atendimento médico é fundamental após abuso. No entanto, 201 pessoas não recorreram ao SUS

(Folha PE, 20/09/2016 - acesse no site de origem)

A falta de unidade entre dados sobre estupro no Estado demonstra claramente o desafio que o assunto é tanto para o conhecimento real de cenário deste crime, quanto para o seu enfrentamento. Além do enorme problema de segurança, a violência sexual também é grave

problema de saúde pública. Levantamento feito pela Folha de Pernambuco demonstra isso.

Leia mais: [Um estupro acontece a cada 11 minutos no país \(Diário de Cuiabá, 20/09/2016\)](#)

Entre janeiro e junho deste ano, 927 vítimas (mulheres e homens) deram queixa nas delegacias, contra 726 que buscaram assistência do SUS após abuso. Ou seja, cerca de 30% (201) das pessoas deixaram de buscar ajuda médica depois do crime, que envolve, além dos riscos de doenças sexualmente transmissíveis, danos físicos, traumas psicológicos e emocionais.

“Já tínhamos notado essa diferença. Ou seja, as vítimas dão queixa, são lesadas corporalmente, mas não acham que há necessidade de acompanhamento médico. Muitas vezes não sabem que precisam e que existe esse atendimento à saúde e que necessitam de medicações preventivas”, atesta a gerente da Saúde da Mulher do Estado, Letícia Katz.

O infectologista Filipe Prohaska explicou que as vítimas devem, de imediato, fazer uma profilaxia para o HIV e também contraceptiva, além de realizar exames para hepatite. “A pílula do dia seguinte se toma uma dose única, o coquetel para o HIV - com três drogas - tem que ser feito por 30 dias e faz-se exames para hepatite. Para o HIV se faz uma testagem no dia que a pessoa chega no serviço, outra 60 dias após e uma última com 180 dias”, elencou Prohaska. As medicações são essenciais nos casos em que houve a conjunção carnal.

Segundo Letícia Katz, nesta semana, a câmara técnica da Secretaria da Mulher se reunirá com a SDS para alinhar estratégias entre a notificação policial e a dos serviços de saúde.

Uma das formas de enfrentar essa ausência de pessoas estupradas nos serviços médicos é dar visibilidade às unidades de referência à assistência dessa violência. De acordo com Secretária Estadual de Saúde, são 13 serviços - acesse o QR Code e confira a lista completa deles. Todos oferecem seis meses de acompanhamento.

O serviço mais recente para acolher vítimas de estupro foi aberto no Hospital da Mulher do Recife - o Centro de Atenção à Mulher Vítima de Violência Sony Santos. Inaugurado há dois meses, com um modelo piloto integrando saúde, assistência e polícia, já atendeu 30 mulheres - uma vítima a cada dois dias. A coordenadora do espaço, Sandra Leite, apontou que o volume em tão curto tempo demonstra a demanda pelo apoio. O perfil das pacientes é variado. “A violência atinge todas as áreas e classes sociais. Já atendemos desde analfabetas até pós-graduadas. Desde criança de 10 anos até mulheres de 50”.

Comissão aprova funcionamento ininterrupto das delegacias da mulher

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (31), o Projeto de Lei 42/15, do deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), que determina o funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana, das delegacias de

polícia especializadas no atendimento à mulher. Hoje, o horário de funcionamento depende das secretarias de Segurança de cada estado.

[\(Câmara Notícias, 06/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O parecer do relator, deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), foi favorável à proposta. O parlamentar cita o estudo “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o qual mostra que 36% dos feminicídios ocorrem nos finais de semana, sendo que os domingos concentram 19% das mortes.

“Os finais de semana são períodos críticos para as mulheres que sofrem com a violência doméstica”, ressalta o relator. “Dessa forma, sob o ponto de vista das vítimas em potencial, é muito importante que haja o atendimento nesse período”, complementa.

Tramitação

O projeto precisa ser analisado ainda, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Lara Haje; Edição - Marcia Becker

Em uma semana, primeira Delegacia da Mulher 24 horas registra três flagrantes

Segundo a delegada titular da DDM, a maioria dos casos vem da periferia

[\(Brasil de Fato, 29/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Nesta segunda-feira (29), a Central de Flagrante 24 horas da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), localizada no centro de São Paulo (SP), completou sete dias de funcionamento 24 horas. Neste período, registrou pelo menos três flagrantes de violência doméstica no período da madrugada.

A primeira DDM, criada em 1985, é a única do Estado de São Paulo que está funcionando durante todo o dia e aos finais de semana. O horário de atendimento das oito demais delegacias da capital, das 16 da região metropolitana e das 107 do interior continua sendo das 9h às 18h.

Segundo Giovanna Valenti Clemente, delegada titular da 1ª DDM, o mérito da criação deste serviço é todo do movimento feminista. “Fizeram tanta manifestação que, por pressão, acabaram instalando. E é importante, porque muitas agressões ocorrem a noite”, opina.

A instituição do serviço coincidiu com o mês do aniversário de dez anos da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006.

Balanço

Somente na primeira noite de atendimento 24 horas, foram registrados dois boletins de ocorrência.

O primeiro caso, registrado por volta das 20h do dia 22, foi um estupro de vulnerável, em que a vítima, uma menina, foi abusada pelo próprio pai.

“O que mais me surpreendeu foi o número de casos de estupro de crianças. É enorme. Chega bastante aqui. Pedofilia tem muito, por pai, padrasto, irmão, primo”, conta a delegada.

A delegacia em si é cheia de crianças que são vítimas ou que vão acompanhar as mães nas denúncias. Durante o período em que a reportagem esteve no local, pelo menos quatro menores de idade esperavam pelo atendimento.

Cuidado

Embora o serviço 24 horas da Delegacia da Mulher seja considerado extremamente necessário por garantir, em tempo integral, um tratamento mais seguro e cuidadoso para as vítimas, são muitas as denúncias de maus tratos durante o próprio atendimento das vítimas nas delegacias.

Segundo Giovanna, apesar de haver uma preferência por funcionárias mulheres, não há nenhum tipo de treinamento oferecido pelo Estado para os funcionários da DDM, e a maioria das pessoas “acaba sendo lapidada pelos funcionários com mais experiência”.

Por ironia, após a entrevista, um dos meninos presentes na DDM, de 14 anos, era questionado junto à sua mãe pela chefe dos investigadores sobre o fato de estar trabalhando em vez de frequentar a escola.

Em tom de voz elevado e portas abertas, a investigadora perguntava se o menino “queria ser vagabundo como o pai”, explicando que ele deveria estar na escola, e que a Fundação Casa era um lugar de meninos sem família, filhos de “vagabundos e putas”.

A investigadora ainda chegou a afirmar que é a favor da pena de morte, e que isso solucionaria parte dos problemas do Brasil.

Confira a entrevista com a delegada Giovanna Valenti Clemente na íntegra:

Brasil de Fato - Como foi o processo de criação da DDM 24 horas e qual a sua importância?

Giovanna Valenti Clemente - Na verdade, o mérito da criação da delegacia 24 horas é todo das mulheres. Eu acho que não iriam instalar se o pessoal não fizesse uma pressão, sabe? E é importante porque muitas agressões ocorrem a noite.

Se a mulher chama a Polícia Militar (PM) e vem para a delegacia, você já faz um flagrante. Se ela vem no outro dia, não faz. É lógico que faz um Boletim de Ocorrência (B.O), instaura um inquérito, mas aquele momento do flagrante passou. Eu acho que isso acaba intimidando os homens.

No flagrante, o vizinho ou ela própria chama. A PM vai até a casa dela e, se o homem não

fugir, você consegue fazer o flagrante. Se o cara foge, você só faz a ocorrência.

Por que você acha que a delegacia 24 horas não teria sido estabelecida sem o movimento feminista?

Devido à falta de funcionários, as delegacias estão trabalhando no limite. Todos os funcionários estão no limite. E a nossa atribuição é concorrente, não é exclusiva. Se a mulher for em delegacias distritais, ela também pode denunciar, por isso não tinha delegacia 24 horas.

Não sou da época, mas ninguém deixava de registrar. Acontece que a mulher não se sente segura de ir para a delegacia da área. Se a agressão é muita e ela se sente muito ameaçada, aí sim, ela vai. Caso contrário, ela prefere vir em uma Delegacia da Mulher (DDM) durante o dia.

O que elas não sabem é que tem nove DDMs na cidade, cada seccional tem uma. Tem a central [aqui], a leste, a oeste, etc. Às vezes, o pessoal tem o conhecimento só dessa, porque ela acaba sendo mais divulgada.

Por que as mulheres se sentem mais seguras aqui?

Primeiro, porque o pessoal só está acostumado a atender esse tipo de ocorrência. Então, fica mais tranquilo, acho que elas se sentem mais confiantes em contar o que acontece.

Em uma delegacia normal, às vezes ela é atendida por um delegado homem. O pessoal está acostumado a atender roubo, furto ou crimes contra o patrimônio. Na hora que vai atender uma vítima de uma violência doméstica, o pessoal atende, mas não tem a riqueza de detalhes e atenção que a vítima espera no momento. Porque todas precisam de um acompanhamento psicológico, que não existe.

Tem o Centro de Referência da Mulher, para onde a gente encaminha, mas elas são muito resistentes, então entra em um círculo vicioso. Aqui, temos preferência por funcionárias mulheres, porque temos mais sensibilidade. Eu trabalho como homens e eu sinto isso... Para eles, algumas denúncias são bobeira.

Em uma semana de delegacia da mulher 24 horas, já deu para perceber um padrão nos dados de denúncias feitas à noite e na madrugada?

A gente ainda não tem os dados, mas dá para falar tranquilamente que as denúncias aumentaram, principalmente o número de flagrantes, o que a gente já esperava.

Foram três ou quatro flagrantes de noite, que não teriam acontecido se não estivesse funcionando 24 horas. Todos foram de violência física. Um deles, inclusive, foi a mãe que apanhou do filho, usuário de entorpecente. Queria dinheiro e empurrou a mãe. Normalmente é assim: os homens têm 30 ou 40 anos, e as mulheres têm 70, 80. Aí, o irmão dele, que estava chegando em casa, chamou a PM.

Violência sexual é mais difícil de fazer flagrante. Pode acontecer, mas a vítima tem que ser rápida. Semana passada, aconteceu um flagrante de violência sexual, o cara era pintor e esclareceram oito ou nove vítimas de estupro dele, porque a última vítima foi direto para a DDM, depois do estupro. O cara ainda estava por lá, em um prédio abandonado.

Você percebe que as mulheres conhecem o serviço da DDM, ou acabam aqui por

acaso?

Elas conhecem. Até porque nunca é a primeira vez. É difícil pegar uma ocorrência que tenha vindo pela primeira vez. Geralmente, elas já fizeram um B.O de ameaça, algum registro, já se informaram. Não é algo novo na vida delas. Para os homens é uma surpresa, mas eles tem sempre aquele discursinho pronto de briga de marido e mulher. Não adianta. É uma ocorrência que é diferente de patrimônio, aquilo tem continuidade por muito tempo.

A defesa deles é sempre que eles tentaram segurar e acabaram machucando, ou que ela bateu também. Não foge disso. No primeiro momento elas vêm por raiva. Tem umas que pedem abrigo, geralmente quando estão com filhos, mas é difícil de acontecer também.

O que mais te surpreendeu desde que começou a trabalhar na DDM?

O que mais me surpreendeu, porque eu nunca havia trabalhado em uma Delegacia da Mulher, foi o número de caso de estupro de vulnerável, de crianças. É enorme. Desde três ou quatro anos, até dez, onze anos.

Às vezes, as crianças vem com a mãe também. É uma delegacia que o pessoal traz muito os filhos. Mas pedofilia tem muito, e por pai, padrasto, irmão e primo.

Já peguei dois ou três casos de irmãos, meninos de 16 anos, que tentam abusar de meninas de 11. Vão para a cama delas a noite e falam 'ó, a mamãe deixou'. Os pais ficam desesperados, porque os dois são filhos. É muito triste pegar casos de meninos em formação fazendo isso, é muito estranho.

Teve uma que chegou com onze anos. A mãe dela casou de novo, e o cara começou a abusar dela quando ela tinha seis anos, uma vez por semana. Ele levava a menina para o quarto deles, deixava a outra filha assistindo televisão. Aí, tem que ir perguntando. Se ela sangrava, porque será que a mãe não via o sangue?

Quando a menina chegou aqui já fazia um mês que ela tinha contado para a mãe. Normalmente, as mães ficam paralisadas. Acho que falta o chão para elas. Aí, a menina surtou na sala de aula, contou para a professora no meio de todas as crianças.

Em caso de estupro, a menina ou a mulher está machucada ou grávida. O que mais pega é o laudo psicológico, porque você encaminha essa criança para a avaliação psicológica.

São comuns as denúncias de maus tratos das mulheres que denunciam pela própria delegacia. Há algum tipo de treinamento para os funcionários?

Não, o Estado não oferece. As pessoas vêm por seleção e algumas se oferecem. Nesse caso, você vê se ela tem o perfil, porque tem gente que não tem paciência.

Aí, nós vamos lapidando. A pessoa acaba sendo lapidada pelos mais velhos, que têm mais experiência. Não tem nenhum curso direcionado, até seria necessário.

Qual o perfil dos estupradores das mulheres? São homens próximos ou mais desconhecidos?

Geralmente são desconhecidos. Tem um caso ou outro de mulher estuprada por conhecidos, pelo marido. Mas, geralmente, os casos de denúncias de conhecidos são de ameaças de morte

e violência física. É muito baixo o número de mulheres estupradas por homens próximos que denunciam.

Vão ser criadas mais delegacias 24 horas?

Eu ouvi que sim, que as outras que já existem vão virar 24 horas. Mas não sei, porque tem que ter uma autorização, funcionários...

Qual o perfil das mulheres que denunciam?

A grande maioria é classe média-baixa, mas também tem classe média, um pessoal com situação financeira boa.

Na semana passada, teve o caso de um menino que o pai dele colocava vale-sorvete no ânus dele. Uma situação financeira boa, moraram nos Estados Unidos, vieram para cá, moram em um bairro 'bacana'. Mas a maioria vem da periferia.

Quando os homens são chamados para depor, demonstram agressividade aqui na delegacia?

Ninguém vem aqui agressivo, eles vêm parecendo cachorrinhos. Você olha e pensa: não, esse cara não fez isso. Mesma coisa com os estupradores. Quem vê cara não sabe o que eles fazem. Tem que ouvir as vítimas. Mas, normalmente, eles querem provar que não são agressivos.

Trabalhar na DDM é mais desgastante do que trabalhar em delegacias normais?

É mais triste. Quando você pega casos de estupro e pedofilia, principalmente. Com mulheres adultas já é difícil, com crianças então. Eu fiz um caso que eu voltava para casa todos os dias focada em pegar o cara, sem conseguir dormir. Não fiz outra coisa até pegar o cara.

Porque daí depende do foco: ou você deixa o inquérito andar como os outros, ou você acelera. Em um ou dois meses nós acabamos com o caso.

É desgastante emocionalmente. Não dá vontade nem de sair à noite ou no final de semana. A pessoa expõe aquilo que ela não queria falar... Aquilo te consome. Ele pegava crianças muito carentes de dinheiro ou afeto, e supria. Teve uma menina que ele abusou dos 11 aos 19 anos. A ficha das vítimas vai caindo aos poucos.

Essa menina assistiu uma palestra de violência doméstica, com 23 anos, e depois disso demorou mais seis meses para vir para a delegacia.

Júlia Dolce; Edição: Camila Rodrigues da Silva

1ª noite da Delegacia da Mulher 24 horas

registra dois casos em SP

(Folha de S.Paulo, 23/08/2016) Na primeira noite de atendimento 24 horas da delegacia especializada às mulheres vítimas de violência no centro de São Paulo registrou dois boletins de ocorrência.

O primeiro caso foi registrado por volta das 20h10 quando uma mãe relatou à polícia que a sua filha havia sido abusada sexualmente pelo pai. Após prestar depoimento, a menina foi levada para realizar exames e, segundo a Secretária da Segurança Pública, o caso foi registrado como estupro de vulnerável.

Por volta das 22h40, a polícia registrou um caso de ameaça e injúria contra uma mulher. A delegada de plantão da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher, Cristine Nascimento Costa, não passou mais informações sobre os casos.

A delegacia, que é uma central de flagrantes, vai atender 24 horas, incluindo no período noturno (noite e madrugada), nos fins de semanas e feriados. A delegacia funciona na rua Bittencourt Rodrigues, no número 200, na região da Sé, no centro da cidade.

Antes do início do plantão, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e o secretário da Segurança Pública, Máximo Alves, participaram da ampliação do atendimento na delegacia.



Geraldo Alckmin participa da ampliação do funcionamento da delegacia da mulher em São Paulo (Foto: Eduardo Saraiva/A2img/Divulgação)

“É importante ressaltar que todas as delegacias podem registrar os crimes de violência contra

a mulher. Não há necessidade de ir só na DDM [Delegacia de Defesa da Mulher]", explicou Alckmin. Segundo o tucano, São Paulo possui 132 unidades do tipo, espalhadas por todas as regiões do Estado.

"Aqui elas vão ter atendimento imediato, fica muito acessível para as mulheres que são agredidas e também elas se sentem confiantes e acolhidas", disse a delegada titular da 1ª DDM, Giovanna Valenti Clemente.

Inaugurada em 1985, a 1ª Delegacia da Mulher foi o resultado do movimento de mulheres e de um processo de redemocratização do Poder Judiciário e dos distritos policiais. A ampliação do atendimento era uma das reivindicações de movimentos sociais, como Minha Sampa e Mulheres Mobilizadas, e acontece logo após a celebração de dez anos da Lei Maria da Penha, no dia 7 de agosto.

Além da delegacia do centro, a cidade de São Paulo tem mais oito delegacias especializadas, que vão continuar a funcionar apenas de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, e não haverá atendimento no fim de semana ([confira os locais aqui](#)). Segundo a secretária, os casos de violência contra a mulher também podem ser registrados em outras delegacias não especializadas.

Acesse o PDF: [1ª noite da Delegacia da Mulher 24 horas registra dois casos em SP \(Folha de S.Paulo, 23/08/2016\)](#)

SP passa a ter a primeira delegacia da mulher com atendimento 24 horas

(G1, 20/08/2016) *Central de Flagrantes ficará na delegacia no Centro. Atendimento também será feito aos fins de semana e feriados.*

O governo de São Paulo publicou neste sábado (20), no "Diário Oficial de São Paulo", uma portaria que cria a Central de Flagrante subordinada à 1ª Delegacia de Polícia de Defesa Mulher para funcionar 24 horas, inclusive nos fins de semana e feriados.

Ao todo, a capital tem nove delegacias da mulher, mas, por enquanto, o serviço 24 horas vai funcionar apenas na unidade do Centro, na Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 200, no Centro, próximo à Praça da Sé.

Segundo a portaria, a central de flagrante vai permitir o atendimento a mulheres vítimas de violência no período noturno e nas madrugadas.

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Máximo Alves Barbosa Filho, havia anunciado em junho a intenção de criar o atendimento 24 horas em uma delegacia da mulher. O mapa da violência contra a mulher aponta que 13 mulheres são mortas por dia no Brasil. As mulheres que sofrem com esse tipo de violência devem denunciar o crime nas delegacias especializadas. Veja a relação de delegacias da mulher em todo o estado de São Paulo.

A Lei Maria da Penha, que prevê medidas de prevenção e repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher, completou dez anos.

A primeira delegacia da a mulher foi inaugurada em 1985, em São Paulo. Atualmente existem 130 Delegacias de Defesa da Mulher em funcionamento no estado. São nove na Capital, 15 na Grande São Paulo e 107 no Interior.

Acesse no site de origem: [SP passa a ter a primeira delegacia da mulher com atendimento 24 horas \(G1, 20/08/2016\)](#)

Maria da Penha: falta de delegacias 24 horas prejudica aplicação da lei

(Agência Brasil, 11/08/2016) A Lei Maria da Penha completou uma década sem que uma de suas principais metas fosse cumprida: a instalação de delegacias 24 horas para atendimento especializado e multidisciplinar às mulheres vítimas de violência.

Os espaços são importantes principalmente diante do preconceito que as vítimas sofrem e da dificuldade de serem convencidas a prestar a queixa, de acordo com as participantes da 10ª Jornada Maria da Penha, painel realizado hoje (11) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sob coordenação da ministra do Supremo Tribunal Federal Carmen Lúcia.

As delegacias existentes funcionam somente no horário comercial, de segunda a sexta. A primeira com atendimento em 24 horas passará a funcionar em São Paulo apenas no fim deste mês.

“Será que os homens combinaram com as autoridades que vão parar de agredir suas mulheres após as 18h e nos fins de semana?”, ironizou a delegada Martha Rocha, deputada estadual do Rio de Janeiro. Para ela, essa deficiência de infraestrutura prejudica a aplicação da lei. “Há um apelo pela política sem pensar na efetividade da política pública”, disse.

“A questão das delegacias não abrirem no final da semana é caótica, porque a maioria das agressões contra mulheres ocorrem no fim de semana, quando os maridos chegam em casa após o consumo de álcool”, disse a médica e especialista em comportamento humano Ana Beatriz Barbosa, que atende mulheres vítimas de violência na periferia de São Paulo.

Ampliação da rede

A subprocuradora-geral da República Ela Wiecko, que participou do consórcio de organizações sociais do qual partiu o anteprojeto que deu origem à Lei Maria da Penha, ressaltou que há deficiência não somente de delegacias com horário integral para mulheres, mas de toda uma rede multidisciplinar de acolhimento à vítima de violência doméstica.

“Precisamos avançar nessa rede de atendimento com o fortalecimento dessa porta de entrada, que não é somente a porta de entrada pelo sistema de segurança e Justiça”, disse a

subprocuradora.

A instalação de delegacias 24 horas para atendimento a mulheres é uma atribuição dos governos estaduais, mas a secretária nacional para as Mulheres do Ministério da Justiça, Fátima Pelaes, que participou do painel do CNJ, disse que o governo se esforça para expandir a experiência que será inaugurada em São Paulo para o restante do país.

“Como vamos conseguir fazer com que essa mulher que sofre violência à noite e nos finais de semana tenha a quem recorrer, o que é um direito dela? Esse é um desafio que vamos ter que discutir e no qual precisamos avançar”, reconheceu.

Felipe Pontes; Edição: Luana Lourenço

Acesse no site de origem: [Maria da Penha: falta de delegacias 24 horas prejudica aplicação da lei \(Agência Brasil, 11/08/2016\)](#)

DPs não registram agressão à mulher; medida protetiva demora até 4 meses

(O Estado de S. Paulo, 07/08/2016) *Relatos de mulheres vítimas ainda são desvalorizados por policiais, advogados e juízes. Promotora critica falta de capacitação dos agentes públicos para atender quem sofre de violência de gênero; machismo persiste*

Dez anos após a criação da Lei Maria da Penha, comemorados hoje, delegacias da mulher ainda colocam a palavra da vítima em dúvida, se negam a registrar boletins de ocorrência e demoram até quatro meses para solicitar medidas protetivas para mulheres em risco. A desvalorização do relato daquelas que sofrem violência doméstica é feita também por policiais militares, advogados, promotores e juízes.

Camila, Maria, Fernanda e Solange são algumas das brasileiras que enfrentaram dificuldades ao buscar amparo de órgãos públicos mesmo após o surgimento da legislação criada justamente para protegê-las. “Da primeira vez que procurei a delegacia da mulher, em junho de 2014, já machucada, tudo que encontrei foram conselhos maternais e resistência para o registro do boletim de ocorrência. Disseram que eu ia prejudicar meu companheiro, que ele era trabalhador. Saí de lá sem BO e me sentindo envergonhada”, conta a jornalista Camila Caringe, de 29 anos.



Camila foi agredida pelo ex (Foto: Gabriela Bilo/Estadão)

Após sofrer agressões físicas e verbais por dez meses, ela decidiu sair de casa, mas o ex-companheiro continuou a persegui-la e a ameaçá-la. “Resolvi voltar para a delegacia da mulher e novamente não queriam registrar a ocorrência. Bati o pé e disse que de lá não saía sem o meu BO e uma medida protetiva”, conta. Foi então que Camila conseguiu o auxílio que procurava, quase um ano após buscar ajuda pela primeira vez.

A faxineira Maria dos Santos, de 57 anos, também precisou aguentar inúmeros atos de violência até conseguir afastar o agressor, por meio de uma medida protetiva. Em 2011, ela e as duas filhas passaram a ser vítimas de murros, socos e chutes do filho mais velho. “Cansei de ligar para o 190, os policiais vinham e falavam que não podiam fazer nada, que não podiam prendê-lo porque ele não tinha me matado nem feito nada tão grave. Em 2012, comecei a ficar com muito medo e procurei a delegacia da mulher. Fiz o BO, pedi para tirarem ele de casa, mas nada aconteceu”, diz.

Quatro meses depois, a faxineira foi espancada pelo filho. “Fiquei desesperada, cheguei chorando na delegacia e só então fizeram alguma coisa. No dia seguinte, veio um policial em casa para tirá-lo de lá.”

Desfecho trágico. A falha na ação do Estado teve consequência ainda mais grave para a enfermeira Fernanda Sante Limeira, de 35 anos. Ameaçada pelo ex-marido desde que terminou o relacionamento, há seis anos, ela teve dois pedidos de medida protetiva contra ele negados pela Justiça. No dia 22 de julho, foi morta pelo ex-companheiro com um tiro quando chegava ao trabalho. “Ela ia nos tribunais e ninguém ajudava, ninguém acreditava. Ela ficou apavorada, ia mudar de cidade, mas não deu tempo, coitadinha”, diz Rosaria Lucia Sante, de 61 anos, mãe de Fernanda.



Solange apanhava depois de tentar denunciar marido, sem sucesso (Foto: Fábio Costa/Estadão)

Nas análises judiciais dos dois pedidos de medida protetiva, os magistrados alegaram “fragilidade dos elementos probatórios” que justificassem a medida. Argumentaram que não havia depoimentos de testemunhas que comprovassem as ameaças relatadas por Fernanda. Mais uma vez, a palavra da vítima foi minimizada.

A atendente Solange Revorêdo, de 46 anos, foi agredida pelo marido, um policial militar, desde a primeira semana de casada. Ela só conseguiu denunciá-lo quando fugiu de casa, após 17 anos de agressões. Antes, já havia tentado por duas vezes registrar queixa na polícia. “Chegava na delegacia e me reconheciam, sabiam que meu marido era PM. Lá, me convenciam a não denunciar. Eu desisti e, ao chegar em casa, apanhei de novo, porque ele sabia que eu tinha tentado prestar queixa.”

Rota crítica. Para a promotora Silvia Chakian, do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), é “inadmissível” que, após dez anos de Lei Maria da Penha, os agentes públicos que atendem as vítimas não tenham capacitação adequada sobre a violência de gênero. “É o que chamamos de rota crítica: a mulher tem de convencer todos os agentes que, em tese, deveriam acolhê-la. Nesse momento, é crucial que ela seja bem atendida, para que não desista de denunciar.”

Viviane Girardi, diretora da Associação de Advogados de São Paulo (AASP) e advogada na área de família, diz que os agentes públicos reproduzem uma cultura machista na qual a violência não é repudiada, mas justificada. “Muitas vezes a mulher vai denunciar a agressão e volta se sentindo culpada e em dúvida porque ouve perguntas sobre o que ela teria feito ao marido, por que só agora foi denunciar e até argumentos de que ele é um bom pai e ela iria prejudicá-lo.”

Para Fátima Pelaes, secretária de Políticas para as Mulheres, a aposta do governo federal para melhorar a aplicação da lei é ampliar a rede de atendimento especializada e a capacitação dos profissionais, além de trabalhar na prevenção da violência doméstica. “É preciso trabalhar nas escolas e nos órgãos públicos a desconstrução do mito de que o homem é superior à mulher”, afirma.

Fabiana Cambricoli e Isabela Palhares. Colaborou Juliana Diógenes

O jornal O Estado de S. Paulo preparou um especial sobre os 10 anos da Lei Maria da Penha que pode ser acessado no PDF: [DPs não registram agressão à mulher; medida protetiva demora até 4 meses \(O Estado de S. Paulo, 07/08/2016\)](#)

Chefe de ministério masculino, Temer celebra 10 anos de Lei Maria da Penha, por Fernando Rodrigues

(Blog do Fernando Rodrigues/UOL, 26/07/2016) *Presidente gravou vídeo em comemoração à sanção da matéria Peemedebista relembrou criação de Delegacia da Mulher*

Chefe de um ministério 100% masculino, o presidente interino, Michel Temer, gravou um vídeo em comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha, sancionada em 7.ago.2006 pelo ex-presidente Lula.

A Lei Maria da Penha trata do combate à violência contra a mulher. O nome da legislação é uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica durante 23 anos de casamento.

Na gravação de 1min20seg, o peemedebista reconhece o aumento dos casos de agressões a mulheres e cita a criação da Delegacia de Defesa da Mulher, promovida em sua gestão na Secretaria de Segurança Pública paulista no governo de Franco Montoro (1983-1987).

“Eu falo com muito gosto dessa matéria, porque há muitos anos atrás (...) eu era secretário da Segurança Pública de São Paulo e criei a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, que teve uma repercussão extraordinária. Tanto que dá segunda vez que eu fui secretário da segurança (...) havia mais de 100 de delegacias da mulher só no Estado de São Paulo”, afirma o peemedebista.

O presidente interino diz ainda que além de combater a violência, a Lei Maria da Penha tem um efeito educativo.

“Além do efeito concreto, palpável, que é condenar aqueles que praticam violência contra a mulher, a sua divulgação também tem esse efeito educativo. Impede ou busca impedir que as pessoas agridam de qualquer maneira a mulher brasileira”, afirma Temer.

O vídeo faz parte de uma estratégia de comunicação do Palácio do Planalto, de colocar o presidente falando nas redes sociais com mais frequência. Até agora, Temer não fez pronunciamentos oficiais em rede de rádio e TV.

A seguir, o vídeo:

Acesse no site de origem: [*Chefe de ministério masculino, Temer celebra 10 anos de Lei Maria da Penha, por Fernando Rodrigues \(Blog do Fernando Rodrigues/UOL, 26/07/2016\)*](#)